



PROCESSO	: 206.149-0/2025 (AUTOS DIGITAIS)
PRINCIPAL	: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
INTERESSADO	: PASCOAL ALBERTON – PREFEITO
ASSUNTO	: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA
RELATOR	: CONSELHEIRO CAMPOS NETO

DESPACHO

1. Trata-se de **Representação de Natureza Externa-RNE**, com pedido incidental de tutela provisória de urgência, formulada pelo titular da Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura, em face da **Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT**, sob a gestão do Sr. Pascoal Alberton, em razão de supostas irregularidades contidas no **Pregão Presencial n 31/2024**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em projetos, fornecimento dos materiais, execução de obras de energia solar fotovoltaica, para atender as necessidades energéticas da Administração Pública municipal.
2. Por prudência, antes de realizar qualquer conclusão, entendo necessária a prévia oitiva do interessado, a fim de obter maiores subsídios à análise do pedido de tutela provisória de urgência por este relator.
3. Dessa forma, determino a **INTIMAÇÃO** do Prefeito, Sr. Pascoal Alberton, para que, **no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação, apresente as **justificativas preliminares** acerca dos fatos e do requerimento de tutela provisória de urgência contida na presente representação, acompanhada da documentação que julgar pertinente.
4. Após, encaminhe-se  Gerência de Controle de Processos Diligenciados, para que aguarde a manifestação ou o transcurso do prazo.

Cuiabá-MT, em 15 de outubro de 2025.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO
Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto
Telefone: (65) 3613-7513 | 37535
E-mail: gab.camposneto@tce.mt.gov.br

(assinatura digital)¹
Conselheiro **GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO**
Relator

¹Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

